



RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS E ADULTOS (EJA): os desafios para rompimento com patriarcado

CABRAL, Márcia Cristina de Souza¹

RESUMO: Este artigo tem por objetivo discorrer sobre os aspectos relacionados ao gênero e ao patriarcado que estão presentes na educação profissional de jovens e adultos. Compreendendo ainda o Estado como principal responsável por efetivar a política de Educação como política pública. E, que a educação é um dos principais mecanismos de transformação política e social de uma determinada sociedade, mas por vezes é utilizada como forma de manutenção do status quo do capitalismo, principalmente sob forte argumentação de desenvolvimento do Estado, mascarando as interfaces das relações patriarcais que inferiorizam as mulheres em virtude do gênero. Neste cenário complexo e contraditório a formação educacional crítica e o rompimento com antigos padrões masculinizados, poderão contribuir para novas relações que não diferenciam os sujeitos em virtude do sexo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional de Jovens e Adultos; Gênero; Patriarcado.

INTRODUÇÃO

O século XXI, em duas décadas, é marcado pelo desenvolvimento tecnológico e globalizado, traz consigo inúmeras transformações em todos os setores da vida humana, mas, no que tange as relações de gênero, ainda é preciso avançar. As opressões relacionadas ao gênero – homem e mulher – são tão antigas quanto a desigualdade social e a pobreza.

Nas mais diversas sociedades e ao longo dos anos, estas relações obedeceram a padrões histórico-culturais, sociais e de intimidação pela força e pelo poder ideológico impostos por uma sociedade masculinizada. As funções sociais definidas foram criadas, baseando-se na relação do poder dos homens sobre as mulheres. Os padrões culturais sempre giraram em torno do sexo biológico de dominação dos homens sob as mulheres, práticas que refletem e se perpetuam até os dias atuais.

Historicamente as mulheres foram consideradas seres socialmente inferiores, exploradas, além de serem tratadas como reprodutoras, confinadas por séculos a função social da maternidade, dos cuidados com a casa, do papel de esposa, mãe, da educação dos filhos, e ainda das constantes formas de violência caso, não atendessem às expectativas pelos maridos e toda sociedade. (Bebel, 1980).

¹Assistente Social. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: cscmarcia@gmail.com.



Do início do processo de acumulação capitalista até os dias atuais, as Mulheres ainda sofrem com as marcas históricas do passado, que na maioria das vezes as condenam as relações precarizadas de trabalho, salários inferiores ao do homem, à maternidade, ao casamento, a família, e, sobretudo a responsabilização dos trabalhos domésticos, como funções específicas às mulheres, relações que se disfarçam nas relações de trabalho e na formação profissional.

A luta das mulheres perpassa o acúmulo de funções socialmente determinadas, até a luta pelo respeito e dignidade, mesmo após anos de lutas as Mulheres de hoje são instigadas em seu cotidiano a lutarem por seus direitos, seja no espaço de trabalho, nos estudos, na sua representatividade na família. As mulheres desafiam cotidianamente as relações do patriarcado, nos mais diversos ambientes, que ainda reproduzem as mais diversas formas de violência, ocasionadas pelas relações históricas de pertencimento dos homens sobre as mulheres.

As legislações específicas no que tange aos direitos das mulheres, podemos dizer que são novas e que estão longe de se tornarem sinônimo de direito. Em todo o mundo, diariamente, mulheres e meninas, são violentadas fisicamente, moralmente, psicologicamente nos mais diversos espaços, inclusive nos locais onde deveriam ser protegidas, suas casas. No discurso machista e historicamente construído, seus corpos são objetos de desejo e de dominação masculina. Por vezes, as Mulheres são responsabilizadas pela violência a que são submetidas, sob o discurso da “provocação”, uma inversão terrível que faz da vítima a responsável e as responsabilizam pela sua violação de seus corpos.

Os debates e lutas da pauta dos movimentos feministas, no discurso do neoconservadorismo do modo de produção capitalista, são constantemente fragmentados, ridicularizados e fragmentados, nos mais diversos espaços, sob a justificativa da “moral e dos bons costumes”, mascarando o real motivo - o processo de dominação em torno do gênero e, sobretudo no controle do corpo das Mulheres.

Como cita Federici (2017), o capitalismo, enquanto sistema econômico/social, está necessariamente ligado ao racismo e ao sexismo. O capitalismo precisa justificar e mistificar as contradições incrustadas em suas relações sociais. É neste cenário, de tensão e contradição de uma sociedade patriarcal que tentaremos explorar alguns elementos relacionados ao gênero e ao patriarcado que impactam cotidianamente a vida das Mulheres, sobretudo que permeiam o espaço educacional e na educação profissional de jovens e adultos, que diariamente lutam para garantir o direito ao acesso à educação e ao trabalho, sem discriminação pelo simples fato de serem Mulheres.

DESENVOLVIMENTO



A história da educação profissional brasileira se coaduna com o progresso e ampliação das estruturas de reprodução do capital, e objetivou qualificar a mão de obra necessária para avanço e fortalecimento do mercado, esta formação era necessária também devido aos altos níveis de analfabetismo nas camadas mais pobres.

Como afirma Saviani (2007), o fortalecimento do modo de produção capitalista reconfigura a relação trabalho e educação, na qual a escola era um instrumento para satisfazer os interesses da burguesia, mantendo a classe operária num patamar de subempregos. Muitos brasileiros que se encontravam em situação de extrema pobreza, eram então considerados ignorantes e não úteis ao sistema, uma vez que não produziam e não davam retorno necessário à reprodução do capital. A criação das escolas de aprendizes e artífices objetivou então a responder às necessidades da classe dominante, convertendo-a em forças produtivas úteis ao novo modelo de acumulação produtiva.

No processo de fortalecimento industrial, um contingente populacional tornou-se cada vez mais dependente somente de sua força de trabalho, formando um exército de reserva, à disposição do mercado. No modelo taylorista-fordista o trabalhador deveria utilizar o tempo gasto na execução do trabalho com o máximo de aproveitamento, o que justifica a necessidade de uma formação aligeirada, voltados aos processos industriais, somente de um contingente preparado para atender as demandas do trabalho, sem qualquer tipo de questionamento à ordem vigente.

Em um Estado que atua sob a égide do modelo neoliberal, a educação tornou-se um dos principais mecanismos utilizados para manutenção da ordem social, o trabalho educativo está diretamente ligado ao momento histórico de determinada sociedade, isto é, o trabalho educativo alcança sua finalidade quando cada sujeito se apropria da produção histórica coletiva, apropriando-se também dos elementos sociais e culturais necessários à sua humanização. Esta humanização que percorre todo o discurso da educação como prática libertadora (SOARES, 2012).

A constituição federal, em seu capítulo II que trata dos direitos sociais, garante a educação como um direito social, ao mesmo tempo dá competência à União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, competência para legislar e garantir a educação. Após 1988, várias foram as alterações realizadas na carta magna, mas todas no que condiz a educação objetivaram a garantia e reafirmação deste como direito social. (BRASIL, 1988).

A lei nº 9394/96, de 23 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) reforça a ideia de que a educação é parte essencial da formação do indivíduo para a construção da cidadania, a que deve ser pautada na igualdade de acessos e de condições de permanência. Desta forma a política educacional deve assumir



a responsabilidade de ir além das condições sociais ora colocadas na qual o indivíduo é responsabilizado por sua condição social, concerne ao espaço sócio educacional inserir as condições necessárias para o mercado de trabalho. Neste mesmo sentido fica claro que a referida legislação afirma que baixa escolaridade, o desemprego e a pobreza são decorrentes da falta de capacitação do trabalhador, transferindo para ele a responsabilidade pela condição de desempregado e de pobre (ALMEIDA, 2007).

Diante do cenário de precarização da política de educação, da qual cada vez mais as organizações sociais, filantrópicas e o terceiro setor ganham destaque e importância, tendo como discurso comparativo a ineficiência do Estado, sua burocratização e a falta de qualidade dos serviços oferecidos para efetivação dos direitos sociais, que supostamente são assegurados pela Carta Magna.

Na contra mão desta lógica, as lutas sociais históricas, construídas pelos movimentos sociais e pela classe trabalhadora ao longo de décadas, têm reforçado a necessidade de investimentos na educação, sobre tudo a educação de jovens e adultos, que em regra trabalha com sujeitos marginais ao sistema, com atributos sempre acentuados em consequência de alguns fatores adicionais como raça/etnia, cor, gênero, entre outros.

É fundamental, neste sentido, pensar que toda educação tem uma função política e que sob o capitalismo se organizou um tipo novo de intervenção e um esforço de controle da vida social, em especial da educação alçada à qualidade de política pública e, por essa mesma razão, à qualidade de direito social. Ressaltamos, portanto, a complexidade adquirida por essa instância, que denominamos de educação, e que, ao se articular organicamente à reprodução da vida social no modo de produção capitalista, passa a ser determinada por suas ricas e pulsantes contradições. (ALMEIDA, 2007).

As políticas educacionais são mecanismos de empoderamento social e ao mesmo tempo mecanismo de manutenção da ordem do capital. É latente a necessidade de construir propostas educacionais capazes de emancipar e reduzir as desigualdades sociais, é preciso lembrar que estas políticas estão inseridas no contexto capitalista, num contexto de crescente revolução do próprio capital que constantemente metamorfoseia-se em permitir o processo de desenvolvimento da classe trabalhadora.

A garantia de uma educação pública, igualitária e de qualidade é primordial para efetivação dos direitos, principalmente por que tem a capacidade de construir e reconstruir conhecimento, bem como possibilitar mudança e conscientização da sociedade, para um olhar diferenciado para os direitos humanos e sociais possibilitando a construção de novos espaços sociais menos desigual, conseqüentemente mais justa.

Esta lógica de mercado permite o enfraquecimento das políticas públicas, construídas por meio de muitos embates sociais, políticos entre as classes dominantes e



subalternizadas, conseqüentemente esta lógica permite o enfraquecimento educação pública, permitindo o abandono escolar, principalmente nas regiões com menores investimentos em políticas públicas, onde o processo de formação escolar passa a ser secundário, para muitos homens e mulheres, que em algum momento da vida precisam abandonar a escola, por diversos fatores pessoais, econômicos ou sociais.

A Educação Profissional se fortaleceu para atender as necessidades de mão de obra qualificada para o desenvolvimento industrial, grande parte dos cursos ofertados pelas escolas de aprendizes e artífices eram voltadas aos homens pobres, as mulheres não podiam exercer funções socialmente definidas como profissões masculinas. Estas relações distanciaram ainda mais, as desigualdades existentes entre homens e mulheres, e em algumas profissões resistem até os dias atuais.

O processo de formação educacional foi negado às mulheres por gerações. Na história as mulheres foram reduzidas ao espaço doméstico, sob a justificativa dos cuidados familiares e das tarefas consideradas socialmente femininas. Inclusive, as inserções das mulheres no mercado de trabalho foram em espaços de trabalho inferiores aos homens, até mesmo com jornadas de trabalho e remunerações diferenciadas, quase sempre com o pressuposto de que a função social das mulheres estava relacionada ao cuidado. Várias foram as profissões consideradas predominantemente femininas: professoras, enfermeiras, nutricionistas, assistentes sociais, auxiliares e etc., estas profissões foram diretamente vinculadas ato de “cuidar”. Um núcleo meramente reprodutor e mantenedor de uma mercadoria vital para o próprio capitalismo, a força trabalho. (BEBEL, 1980).

Na lógica do capital que forma e reproduz desigualdades sociais, lógica de organização social fundada na submissão das mulheres às dimensões de gênero, reproduz funções especificamente femininas ou masculinas visando atender não só ao processo de normatização moral, mas em manter os padrões sociais culturais disseminados ao longo de séculos.

Assim, o trabalho considerado como “feminino”, deve aproximar das atividades supostamente femininas em casa, com a pretensa justificativa que a atividade laboral não pode nem deve perturbar aquelas que seriam suas responsabilidades na família, mantendo assim uma relação de poder e inferiorização das mulheres.

A sujeição das mulheres à dominação do homem transcende as relações de sociabilidade, sustentam-se sob os argumentos ideológicos, religiosos, políticos que levaram e “levam” o homem a praticar e repetir atos ações de violência. Se no caso das relações de trabalho, o trabalhador se submete as relações de dominação em troca do salário, nas relações de gênero que tange ao trabalho doméstico, cuidados com a família dentre outros, torna-se uma relação ainda mais perversa, uma vez que todo o trabalho dispensado pelas



mulheres não é pago; o processo passa pelas relações de dominação pelo simples fato de serem mulheres nas relações familiares. Assim a relevância ou importância das mulheres é perdida na história, transformada em objeto irracional pela lógica do homem.

A sombra da lógica do que conhecemos como - patriarcado - estas relações foram construídas e perpetuadas até os dias atuais, iniciando desde a infância, essas relações são reproduzidas na vida adulta, quando se perpetuam as funções masculinas e femininas. Nesta lógica, o patriarcado passa a ser naturalizado nas relações e deixa de ser considerado elemento do processo de dominação, exploração e opressão, tais como uma educação a respeito dos valores, atitudes morais, diferenciados para meninos e meninas, a utilização da cor rosa e azul para as roupas, a diferenciação de brincadeiras como bonecas e carrinhos, dentre outras diferenciações, que moldam as crianças a tornarem-se reprodutores da realidade com a qual convivem e experimentam ao longo de cada uma das fases da vida.

Engels, 1876. traz a análise de como só o homem enquanto único ser pensante, detém racionalidade para modificar a natureza por meio do trabalho de modo a atender suas necessidades. Tendo no trabalho a condição básica e fundamental para o desenvolvimento e organização da vida humana. Pelo trabalho, o homem transforma a natureza, dominando os processos para atender seus interesses. Ora, o trabalho é muito mais que a simples satisfação de necessidades, é por ele que o homem modifica e transforma o ambiente em que vive. Diferentemente, os animais que não detém racionalidade, o homem ao transformar a natureza cria processos históricos que aprimoram pelo trabalho.

A compreensão do processo de dominação masculina sobre as mulheres vai além de práticas ideológicas, nos movimentos feministas e ativistas desde o início viram no conceito de “corpo” a chave para compreender as raízes do domínio masculino e da construção da identidade social feminina (FEDERICI, 2017).

Percebe que as mulheres, apesar de terem conquistado diversos espaços e direitos constitucionalmente, ainda enfrentam um modelo de sociedade que diferencia o indivíduo a partir do gênero, o que representa as marcas de um passado que amplamente desigual, em que as mulheres necessitarão enfrentar diversos desafios para consolidação de seus direitos.

Nas últimas décadas tem-se observado que as mulheres possuem maior qualificação educacional, se compararmos ao sexo masculino, porém perpetuam o modelo patriarcal de dominação e exploração, em que ainda há espaços profissionais que inferiorizam as mulheres, e as submetem a cargos em posição de submissão aos homens.

As mulheres têm desafiado cotidianamente o sistema de dominação patriarcal, mas para isso enfrentado as mais diversas formas de violência: doméstica, psicológica e da



ausência de políticas educacionais, que atendam às necessidades destas mulheres. Assim, é preciso pensar políticas que assumam coletivamente as necessidades familiares, liberam as mulheres para o trabalho e as permitam conciliar família e trabalho para que possam criar estratégias sustentáveis para a superação da pobreza. (TEIXEIRA IN MIOTO, 2015).

Questionar a forma de organização social e de gênero é questionar a estruturação da ordem social dominante, a desigualdade social e sexual produzida historicamente e que afeta em todos os sentidos a história do sujeito social e todos seus processos. Os movimentos feministas, as organizações femininas, as mulheres que na história foram consideradas “as bruxas” tiveram este papel, o de desafiar o processo produtivo e todo seu processo de organização.

Uma educação que se quer emancipadora não se restringe à educação escolarizada, organizada sob a forma de política pública, mas não se constrói a despeito dela, visto que sob as condições de vida da sociedade capitalista é ela que encerra a dimensão pública que mediatiza, de forma institucional e contraditória, o direito ao acesso aos bens e equipamentos culturais de nosso tempo. Por essa razão a educação escolarizada ao passo que se constitui em expressão da dominação e controle do capital é ao mesmo tempo objeto das lutas das classes subalternas pela sua emancipação política. (ALMEIDA, 2007).

Em meio a tantas legislações que garantem o acesso à educação pública, marcas da história da educação brasileira ainda se perpetuam - a descontinuidade do ensino ainda é um fator preocupante. Em suma, esta descontinuidade está relacionada à necessidade de inserção no mercado de trabalho.

A questão do trabalho, ou mais restritamente, do emprego, retira esses jovens e adultos do processo de escolarização e os empurra de volta para essa condição novamente. É o que nos faz compreender que não é possível entender o movimento do jovem e do adulto trabalhador, na sua busca pela escola, sem entender o seu movimento em torno da sobrevivência no mundo do trabalho, ou mais restritivamente, no mercado de trabalho. (OLIVEIRA, 2014. p. 188).

No caso das mulheres a situação torna-se mais perversa, pois além da necessidade de inserção no mercado de trabalho elas carregam o fardo do patriarcado. Necessitam lutar contra o machismo, ainda presente em pleno século XXI, em seus lares paternos ou conjugais, onde se acredita que lugar de Mulheres é em casa, cuidando da família, onde o estudo é dispensável. Outros dois fatores recorrentes são a falta de apoio na criação dos filhos, em caso de deixá-los sozinhos ou enfermos, bem como da necessidade de assumirem suas famílias sozinhas, na ausência do companheiro ou de familiares. (Idem, 2014. p. 194).



As mulheres são desafiadas cotidianamente a lutar contra as opressões históricas, geradas por uma sociedade criada e nutrida para atender às necessidades masculinas e do mundo do capital. Para as mulheres, enfrentar esta realidade requer construir cotidianamente meios possíveis para enfrentamento das diversas formas de violência, inclusive no mundo do trabalho.

Neste limiar de contradições entre as classes, a EJA é desafiada cotidianamente a repensar novos horizontes, capaz de construir junto com a sociedade espaços de pertencimento, onde se possa romper com a lógica do capital, e que o processo educacional seja mais um espaço de construção de conhecimento com todos os sujeitos envolvidos no processo, possibilitando consolidar políticas públicas emancipatórias.

O princípio de uma educação universal, a qual a classe social pertencente não define as transformações globais, transforma o indivíduo em reprodutor do trabalho, cooptando toda e qualquer outra forma de desenvolvimento dos sentidos que não seja para o mundo do trabalho.

A fim de adequar a política educacional as novas exigências econômicas e as transformações ocorridas mundialmente nos últimos anos, várias foram às modificações ocorridas nas legislações educacionais, as mais recentes: a reforma do ensino fundamental implantada em 2005 e a reforma do ensino médio aprovada em 2017, implementada em 2018.

Ora, se as transformações sociais, tecnológicas, econômicas, fizeram o homem a construir um aparato para apropriação da natureza pelo homem, a própria essência do ser humano sofreu impactos, que modificou diversos aspectos, inclusive o próprio homem - aspectos sociais, culturais, biológicos, a exemplo o desenvolvimento das mãos e dos corpos, permitindo condições de adaptação, conforme suas necessidades, e a partir destas modificações o trabalho torna-se tão essencial ao homem, tais modificações permitiram o desenvolvimento de uma sociabilidade necessária e dependente. (FIGUEIRA, 1989).

A racionalidade, intencionalidade, conhecimento e dominação dos processos, próprios do homem, também o fizeram a selecionar sua forma de organização social, a separação por grupos que possuem mesmos interesses, que atuam pelo trabalho para explorar intencionalmente o outro ser humano pela exploração do trabalho, por meio dos processos de dominação.

Nesta órbita as relações que perpassam a ótica das relações de gênero, as relações em torno do trabalho, são exclusivamente criadas pelo próprio homem para atender seus interesses, sejam eles do poder de dominação, do poder econômico, voltados para a manutenção do status quo masculinizado. O que ainda desafia-nos a compreender os fatores culturais segundo natureza humana que entrelaçam as relações de opressão.



E, assim, percebemos também que sendo o homem um ser racional, que transforma a natureza de modo a atender suas necessidades, este mesmo homem pode criar mecanismos de manipulação de futuros homens para dominação pela exploração do trabalho, mas em uma determinada época o fizeram.

O acesso a espaços de protagonismo feminino permanece ainda restrito às classes dominantes, representando assim um retardamento das condições de enfrentamento da pobreza. E, ainda com o crescente aumento da monoparentalidade feminina, responsabiliza mais uma vez as Mulheres as condições de perversidade para enfrentamento das condições de pobreza e desigualdades sociais, enfrentadas pelas famílias.

Na via na escassez de políticas públicas eficazes para satisfação das necessidades básicas das famílias nas mais variadas formas de organização social, estas são obrigadas a inserirem nas mais diversas formas de subalternidade, em busca de condições mínimas de sobrevivência, seja por meio do trabalho informal, na moradia em condições indignas de habitabilidade, ou na sujeição as outras determinantes impostas pelo sistema desigual de dominação.

Analisando esta lógica mercadológica e patriarcalista o EJA, recebem jovens e adultos, em grande parte mulheres, que de alguma forma tiveram seus direitos cerceados na idade considerada ideal e que por meio da EJA encontram uma oportunidade para inserção profissional e de aumento das condições de formação acadêmica. Uma gota no oceano da opressão, mas capaz de mudar a realidade de várias mulheres que historicamente tiveram seus direitos negados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente negligenciada pelas Políticas Públicas, a EJA sempre foi vista como uma modalidade de ensino desacreditada e alvo de políticas compensatórias e aligeiradas. Seus estudantes são geralmente rotulados como incapazes inaptos para a carreira escolar e universitária. (PEREIRA, 2017).

A Educação é um elemento complexo. A educação formal é uma etapa de extrema importância na formação do sujeito social. Na EJA este processo ocorre em condições adversas e acentuam seu grau de complexidade, sobretudo porque se trata de estudantes trabalhadores que buscam uma formação profissional, além da formação educacional.

Para as mulheres, suas vidas estão permeadas das relações patriarcais desde o nascimento e, as relações de dominação são naturalizadas, sendo as mulheres objetificadas, como parte necessária para a perpetuação das relações de poder, dominação



e controle masculino. Fortalecidos pela maternidade e pela família, que são elementos utilizados pelo sistema para inferiorizar e perpetuar da ordem social vigente. A categoria Gênero revela o processo de modelagem social, baseada nas estruturas de poder masculinizado que atendam aos padrões sociais do patriarcado.

A educação profissional deve ser baseada em uma formação integral, e isto pressupõe integrar todas as nuances do processo de formação dos estudantes. Compreender que as desigualdades são produzidas pelo capital não é fácil, quando todos os processos estão voltados para naturalizar o processo de reprodução e de dominação, que transformam as lutas coletivas em lutas individuais permite que se mantenham as estruturas vigentes. A afirmação em torno da igualdade de gênero ainda está longe de ser efetivo. As legislações que protegem as mulheres desafiam o sistema de opressão e dominação, e ainda estão longe de protegerem e emancipar as mulheres do sistema forjado pelos homens para atender às necessidades masculinizadas e construídas em torno do gênero.

REFERÊNCIAS

ALGEBAIL, Eveline. *Escola Pública e Pobreza no Brasil. A ampliação para menos*. Rio de Janeiro: Lamparina / Faperj, 2009.

BEBEL, August et al. *Da velha à nova família*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011, 2.v.

BOSCHETTI, Ivanete. *Assistência social e trabalho no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2016.

BRASIL. *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação: Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 11 de outubro de 2019.

BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Educação em direitos humanos: Diretrizes nacionais – Brasília: coordenação geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e defesa de direitos humanos*, 2013.

CARCANHOLO, M.et. al. (orgs.). *Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo*. São Paulo: Cortez, 1998.

DAVIS, A. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo. 1944.

ENGELS, Friedrich. *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. On-line. Domínio Público, 1876. Disponível em:



<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action&co_obra=272>

FEDERICI, S. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante. 2017.

FIGUEIRA, Fani G. O trabalho como primeira necessidade histórica. In: Diálogos de um novo tempo. 1989. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Universidade de São Paulo, São Paulo.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; NASCIMENTO, Cecília V. do; SANTOS, Marileide L. dos. Reformas educacionais no Brasil: democratização e qualidade da escola pública. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.

FERNANDES, Antônio Teixeira. O Pobre em luta pela cidadania. in: Pobreza, exclusão: horizontes de intervenção. Presidência da república. Imprensa nacional, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. PERSPECTIVA, Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463/7770>. Acesso em 11 de novembro de 2019.

GROS, Marielle Christine. A política de luta contra a pobreza por programas, um meio eficaz para reequilibrar os interesses sociais divergentes e promover a integração social?. in: Pobreza, exclusão: horizontes de intervenção. Presidência da república. Imprensa nacional, 1996.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

MARTINS, José de Souza. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.

MESZÁROS, I. Para Além do Capital. São Paulo Boitempo editorial: 2001.

MOTA, Ana Elizabete. Amaral; AMARAL, Ângela e PERUZZI, Juliane. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América latina. In: MOTA, Ana Elizabete. (org.). Desenvolvimentismo e construção de hegemonia. Crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

PEREIRA, Larissa D., ALMEIDA, Ney L. T. (orgs.). *Serviço Social e Educação*. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2012.

CASTEL, Robert, A discriminação negativa: Cidadãos ou autóctones? Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

SOARES. José Manoel Montanha da Silveira. Os jovens brasileiros frente às transformações do mundo do trabalho: As políticas educacionais para o ensino médio no Brasil. 2012. Dissertação de Mestrado, UnB, Brasília.



SPOSITO, Marília P. A sociabilidade juvenil e a rua; novos conflitos e ação coletiva na cidade. Tempo Social. Revista Sociologia da USP. São Paulo, v.5 n. 1 e 2, p.161-178.

WILLIAMS, Raymond. A cultura é de todos (Culture is Ordinary) 1958.